

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

Os Laboratórios Associados foram, há alguns dias, surpreendidos com a decisão unilateral da FCT de reduzir drasticamente em 2013 o financiamento estratégico destes Laboratórios e das Unidades de I&D em geral.

Os cortes anunciados representam, em média, reduções de cerca de 30% (mas atingindo nalguns casos valores próximos dos 50%). A concretizarem-se, estaríamos perante uma rutura grave com o que está contratualizado de forma regular e estável, ignorando-se as garantias repetidamente transmitidas pela FCT, de que para 2013 o financiamento previsto seria idêntico ao de 2012.

Aparentemente a FCT optou por não só fazer repercutir nos valores agora transmitidos as taxas de execução verificadas nos últimos dois anos como ainda efetuar um corte adicional de cerca de 25% sobre o valor que resultaria desse cálculo. Ora, todos sabemos que parte significativa da dificuldade de execução revelada pelas unidades e Laboratórios Associados tem a sua origem precisamente nos atrasos de reembolsos devidos pela própria FCT e nas dificuldades adicionais introduzidas pelo agravamento da burocracia (nomeadamente a denominada Lei dos Compromissos e a supressão do regime específico aplicável a instituições de I&D no Código da Contratação Pública). Estes atrasos nos reembolsos (por parte da FCT) põem em causa a execução do financiamento de 2012 que a própria FCT exige seja concretizada até ao fim deste ano, contrariando a prática normal de transferência de saldos para o ano seguinte.

Ora o financiamento estratégico de que estamos a falar destina-se muito especialmente a pagar salários de investigadores e técnicos, a garantir o pagamento de bolsas de investigação dos Laboratórios, ou ainda, em certos casos de contratos de manutenção de equipamento, e outras despesas essenciais para a concretização das estratégias científicas das instituições.

A concretizarem-se, estes cortes injustificados obrigariam muitos Laboratórios Associados e Unidades de I&D a despedir pessoal qualificado não renovando contratos, empurrando para a emigração forçada ou para o desemprego um número crescente de cientistas.

Ora esta decisão não se deve a um corte no orçamento proposto para 2013 para a FCT.

De facto, a proposta de orçamento inicial da FCT para 2013, sofre, em fundos nacionais, uma redução de cerca de 4% relação ao de 2012 (a que correspondem cerca de 12 M€). Todavia, o governo inscreveu também um aumento significativo de fundos comunitários (FSE e FEDER), e de receitas próprias o que, globalmente, se deveria traduzir num aumento global das verbas disponíveis, permitindo pelo contrário o reforço equilibrado do financiamento de alguns dos Laboratórios.

Assim, o corte drástico e injustificado de financiamento às Unidades de I&D e Laboratórios Associados não se afigura pois o resultado de uma redução equivalente dos fundos postos à disposição da FCT, mas tão só uma decisão política unilateral, e de um experimentalismo incompreensível, que, a concretizar-se, afetaria muito gravemente o normal funcionamento das instituições científicas nacionais.

O financiamento estratégico das instituições científicas decorre, de há muitos anos, de exercícios periódicos de avaliação por painéis internacionais independentes.

Os Laboratórios Associados e as Unidades de I&D em causa asseguram, com as Universidades, o essencial da formação pós-graduada em Portugal.

É com base em volumes modestos, mas estáveis, de financiamento estratégico atribuído, mediante avaliação, aos centros e laboratórios de investigação, que estes podem programar as suas atividades, produzir ciência, colaborar com empresas e com o Estado, atrair financiamento internacional competitivo, e que as Universidades Portuguesas podem oferecer condições de formação avançada e de acolhimento científico de qualidade internacional a milhares de estudantes portugueses e estrangeiros. Este edifício científico levou 30 anos a construir e continua a ser, a par de um ensino superior de qualidade, a base mais sólida para a recuperação económica do país.

Não acreditamos que o governo, ou a FCT pretendam contribuir para a desvalorização e enfraquecimento desta rede de instituições científicas. Esse enfraquecimento conduziria

inevitavelmente a maior desemprego de quadros altamente qualificados e maiores fluxos de emigração qualificada. A concretizar-se, afetaria irremediavelmente a capacidade de transferência de conhecimentos e tecnologia para o tecido económico e social, através da colaboração com empresas existentes ou da criação de novas empresas de base tecnológica.

Por isso mesmo nos compete responsabilmente alertar solenemente a FCT e o governo para as consequências das suas decisões.

Tivemos, nos últimos meses, ocasião de apelar, mais do que uma vez, para a urgência de concertação e diálogo estruturado. Estamos sempre disponíveis para esse diálogo, de forma que as decisões políticas em matéria de ciência assentem na experiência concreta das instituições científicas e dos seus responsáveis.

Somos hoje confrontados com decisões não discutidas nem ponderadas, de consequências profundamente negativas para o conjunto das instituições científicas e para a própria capacidade científica do País.

Assim, o Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) entende ser sua obrigação chamar a atenção da FCT e do governo para a necessidade absoluta de rever as decisões agora anunciadas e que nenhuma carência orçamental da FCT impõe ou justifica.

O Conselho dos Laboratórios Associados alerta para o impacto profundamente negativo que teriam estas decisões nas Universidades e nos seus centros de investigação, para além dos próprios Laboratórios Associados.

O CLA chama ainda a atenção para a quebra de confiança e de previsibilidade que a concretização de tais decisões instalaria, forçando a despedimentos, prejudicando gravemente a continuidade da atividade científica e aumentando a incerteza e a instabilidade do trabalho científico e de desenvolvimento tecnológico em Portugal.

Os 26 Laboratórios Associados reúnem hoje cerca de 4300 investigadores doutorados. Em conjunto com as outras Unidades de I&D avaliadas e credenciadas e com as Universidades representam uma componente fundamental da produção científica, da formação pós-graduada, da colaboração com as empresas e com o Estado, da capacidade de cooperação internacional e da criação de novas empresas.

Temos plena consciência da responsabilidade institucional que nos cabe nesta matéria, e reiteramos a nossa inteira disponibilidade para colaborar com a FCT e com o governo.

Conselho dos Laboratórios Associados, reunião plenária de 19 de novembro de 2012 em Coimbra, e deliberação subsequente.



Alexandre Quintanilha
Secretário do CLA